

IAS 34: a atualização das informações divulgadas por empresas de capital aberto no Brasil

Cíntia Tiago do Nascimento*
Eneida Moreira Lício Marquez**
Francielle Arantes Borges***
Reiner Alves Botinha****
Sirlei Lemes*****

Resumo

A IAS 34 (*Interim Financial Reporting*) estabelece as condições necessárias para a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias (períodos inferiores há um ano), com fins a gerar informações confiáveis aos usuários e situá-los sobre as condições financeiras da entidade. Assim, o artigo objetiva analisar a norma expedida pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e sua tradução e adaptação realizada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Brasil, analisando se as empresas de capital aberto, constantes na BM&F Bovespa, estão apresentando notas explicativas de demonstrações intermediárias, concisas e atualizadas, sem informações já divulgadas nas notas das demonstrações anuais, conforme direcionamento da IAS 34. Este estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória e qualitativa, sendo delineada com base nas principais normas que tratam da elaboração de demonstrações intermediárias. Na coleta de dados, foi utilizada a técnica de documentação indireta, mediante dados secundários. A amostra foi constituída das empresas selecionadas do *Ranking* das “Melhores e Maiores Empresas 2009”, da Revista *Exame*, sendo analisados seus relatórios disponibilizados no sítio da Comissão dos Valores Mobiliários (CVM) e das próprias empresas. A pesquisa expôs a importância da elaboração e divulgação das demonstrações intermediárias, com ressalva para informações atualizadas conforme disposto na norma. Palavras-chave: IAS 34. Contabilidade Internacional. Evidenciação.

* Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia; cintia.nascimento@gmail.com

** Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia; eneidamoreira@yahoo.com.br

*** Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia; francielle@arantesimoveis.com

**** Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia; reiner.botinha@gmail.com

***** Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP); professora da Faculdade de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia; professora do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Uberlândia; sirlemes@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

As mudanças trazidas pela globalização dos mercados, os avanços na tecnologia, as combinações de negócios e o desenvolvimento das relações de investimento, vêm aumentando a demanda por melhores informações, sendo estas mais transparentes, mais precisas, e instrumentais para os processos de tomada de decisões.

Segundo Joshi, Bremser, Al-Ajmi (2008, p. 1):

O reporte de informação financeira na Internet está se tornando comum, dando aos investidores de qualquer país pronto acesso à informação financeira das empresas, independentemente do seu país de domicílio. Esta globalização dos mercados de capitais e da evolução das telecomunicações e da Internet trazem uma nova dimensão para a necessidade de comparabilidade e transparência da informação financeira e requerem novo pensamento por empresas, investidores, credores e auditores sobre o que as empresas devem publicar através das informações financeiras e como se comunicar melhor para as partes interessadas.

Nesse contexto, a busca pelo melhor gerenciamento das informações contábeis tem-se refletido na forma como as empresas necessitam evidenciar seus resultados por meio dos relatórios.

Com o avanço das relações comerciais entre os países, a adoção de um conjunto único de normas contábeis tem sido desenvolvida e bastante debatida por órgãos internacionais e brasileiros, enfatizando novos estudos sobre as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), que são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board* – Comitê de Normas Contábeis Internacionais).

Com a padronização das práticas contábeis, torna-se possível, às partes interessadas, a comparação de investimentos em vários países, além de escolher as melhores opções de empresas para investir, sem a necessidade de analisar vários balanços à luz de diferentes normas (CARVALHO; LEMES, COSTA, 2006).

O IASB é o órgão normativo, responsável pela aprovação das interpretações, elaboração e publicação das IFRS e de suas interpretações. Atualmente, o IASB (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD, 2010a) é formado por 15 integrantes responsáveis pelo processo, o qual se torna aberto e transparente, envolvendo partes interessadas em vários países, como investidores, empresas, órgãos normativos e profissionais contábeis.

No desenvolvimento de suas atividades, o IASB atende não somente a empresas potenciais, mas também a empresas de pequeno e médio porte, seguindo seus principais objetivos (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD, 2010a):

- a) Desenvolver um conjunto único, global, com qualidade, exequibilidade e aceite das IFRS, aplicando-as rigorosamente;
- b) Considerar as necessidades de informações financeiras pelas economias emergentes e pequenas e médias empresas (PME);
- c) Implementar os processos de convergência das normas contábeis com alta qualidade.

Entre as normas contábeis emitidas pelo IASB, a IAS 34 estabelece as normas para elaboração e divulgação das demonstrações intermediárias, presentes na questão-problema que orientou a realização da pesquisa: Qual o nível de aderência das notas explicativas dos relatórios intermediários, de empresas brasileiras listadas na BM&F Bovespa, em relação a IAS 34?

Esta discussão tem como objetivo principal analisar se as notas explicativas presentes nos relatórios financeiros intermediários, reportados pelas empresas brasileiras, seguem adequadamente o que é disposto na norma internacional IAS 34 (sobre *Interim Financial Reporting* – Relatórios Financeiros Intermediários), aderindo suas principais condições, acerca da duplicidade das informações presentes nas Informações Trimestrais (ITRs) em comparação com as demonstrações anuais, divulgadas no mercado, por empresas listadas na Bovespa. Este trabalho, assim, tem por objetivos específicos:

- a) Identificar se as empresas da amostra atendem à respectiva IFRS e divulgam corretamente os relatórios intermediários arquivados na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).
- b) Identificar se as ITRs apenas complementam as informações anteriores, presentes nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), contemplando fatos recentes e atualizando os de fatos ocorridos em relatórios divulgados anteriormente.

Tenciona-se avaliar melhor se as empresas brasileiras, representadas por diversos setores, selecionados do *ranking* da Revista Exame (2009) – Melhores e Maiores – estão seguindo adequadamente à IAS 34.

A presente pesquisa foi estruturada em cinco seções, sendo a primeira representada pelos aspectos introdutórios; a segunda constituída pela fundamentação teórica, arrolando os principais conceitos acerca do problema. Em seguida, são apresentados os aspectos metodológicos, ressaltando as principais abordagens utilizadas e a amostra de empresas e setores; na quarta seção, são registradas as análises dos resultados obtidos; e, por fim, são feitas as considerações sobre a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, será abordado o processo de convergência de normas contábeis e de adoção das normas internacionais no Brasil, os aspectos referentes à IAS 34 e o pronunciamento brasileiro acerca do referido tema.

2.1 CONVERGÊNCIA DAS NORMAS E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL (DISCLOSURE)

Com os benefícios trazidos pela adoção das IFRS (como a melhor compreensão das informações contábeis divulgadas e a comparabilidade), aumentaram os interesses dos principais órgãos que normatizam as normas contábeis no Brasil, juntamente com muitas empresas, em busca de adequar seus relatórios de acordo com as IFRS.

Perante esse cenário, foi criado, em 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cujo objetivo, disposto no art. 3º da Resolução CFC n. 1.055/05, é

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O novo padrão contábil global (IFRS) está sendo aceito por vários países no mundo, e, assim, as empresas estão avaliando seus principais resultados e benefícios. Vale ressaltar que a adoção das IFRS impacta diversos aspectos da empresa, como impostos, controles, relatórios e sistemas de informações.

Outrossim, para impulsionar e nortear o processo de adoção das normas internacionais, houve, também, a aprovação da Lei 11.638/07 no Brasil, em alteração da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), o que auxiliou no aceleração do processo de convergência das normas e procedimentos contábeis praticados até o final de 2009 (que referencia a data de obrigatoriedade da aplicação das normas) e as normas globais IFRS.

Essa lei aproximou as normas e pronunciamentos brasileiros das normas internacionais propostas pelo IASB. Destarte, segundo o International Accounting Standard Board (2010b), o Brasil está entre uma série de grandes economias, fazendo planos para adotar as IFRS.

Entre os planos de adoção das IFRS, pode-se citar o disposto na Instrução Normativa 457/07, determinando que:

Art. 1º As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, ainda, às demonstrações consolidadas do exercício anterior apresentadas para fins comparativos.

Art. 2º Fica facultada às companhias abertas, até o exercício social de 2009, a apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas com a adoção do padrão contábil internacional, emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, em substituição ao padrão contábil brasileiro.

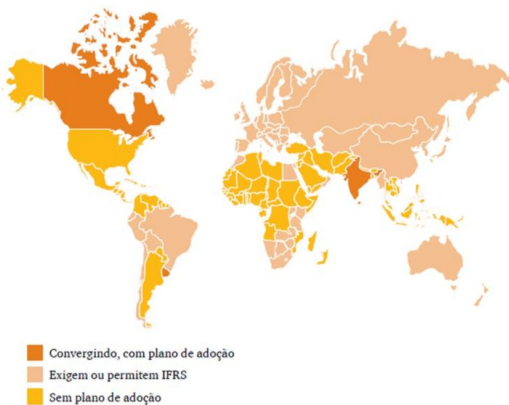
Isso favorece o fato de, nos últimos anos, o Brasil ter obtido bastante influência mundial em razão de suas relações públicas internacionais e do seu avanço e estabilidade econômica. Ainda, segundo o International Accounting Standard Board (2010b), “isso permitiu que os investidores institucionais e os fabricantes considerassem o Brasil em termos de investimento”.

Os mapas 1 e 2, a seguir, mostram o caminho do Brasil rumo à convergência, tanto em relação às empresas de grande porte quanto às de pequeno e médio porte, e como o país tem se destacado perante grandes potências mundiais.

Mapa 1 – Mercado de capitais

Mercado de Capitais

Mais de 100 países adotam IFRS



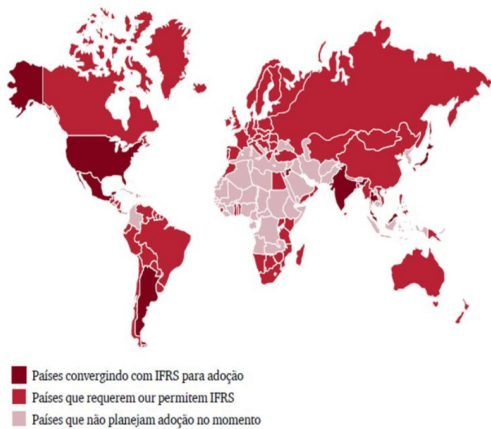
Os 10 principais Mercados de Capitais

EUA	SEC já permite IFRS para FPIs
Japão	Convergindo para IFRS
Reino Unido	IFRS
França	IFRS
Canadá	Convergindo para IFRS
Alemanha	IFRS
Hong Kong	IFRS
Brasil	IFRS (2010)
Suíça	IFRS ou US GAAP
Austrália	IFRS

Fonte: PricewaterhouseCoppers (2010).

Mapa 2 – Brasil: A caminho da convergência

Brasil: A caminho da convergência



Contabilidade Global para PME's	
EUA	IFRS após 2015
Japão	IFRS após 2016
Reino Unido	IFRS
França	IFRS
Canadá	IFRS (2011)
Brasil	CPC/IFRS (2010)
Alemanha	IFRS
Hong Kong	IFRS
Espanha	IFRS
Suíça	IFRS ou US GAAP
Austrália	IFRS

Fonte: PricewaterhouseCoppers (2010).

No Mapa 1, podemos visualizar que o Brasil já exige ou permite a adoção das normas internacionais para as empresas, estas de capital aberto, e tem avançado, consideravelmente, junto com países potenciais, estando entre os 10 principais mercados de capitais. Não obstante, na figura seguinte, podemos notar que, em relação à convergência das normas, aplicadas às pequenas e microempresas (PMES), o cenário se repete, ou seja, o Brasil já requer ou permite a adoção das IFRS, com pronunciamentos específicos já aprovados para as empresas enquadradas nesta categoria.

Dessa forma, de acordo com Ernst & Young, suas pesquisas mostram que não há diferenças significativas entre as normas internacionais e o pronunciamento contábil brasileiro (CPC 21), sendo considerada a estrutura atual brasileira, praticamente a tradução para o português da estrutura internacional adotada. Cumpre ressaltar que, apesar da similaridade presente, o ambiente brasileiro, como outros países, é diferente dos que aplicam suas normas similarmente às normas emitidas pelo IASB.

Tais fatos aumentam a necessidade de o Brasil buscar implantar as normas internacionais, ampliar seus estudos acerca da adoção das IFRS, principalmente quanto aos impactos nos relatórios de suas empresas.

Na busca pela consistência e comparabilidade durante o processo de adoção, as empresas devem buscar a evidenciação adequada dos dados financeiros em seus relatórios, com vistas a fornecer informações claras e precisas e atender às normas contábeis.

Evidenciação, ou *disclosure*, segundo Iudícibus e Marion (2001, p. 88) é:

O processo pelo qual a empresa apresenta todas as informações que permitam a avaliação de sua situação patrimonial e das mutações de seu patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização

de inferências perante o futuro. As informações não passíveis de apresentação explícita nas demonstrações propriamente ditas devem, ao lado das que representam detalhamentos de valores sintetizados nessas mesmas demonstrações, estar contidas em notas explicativas ou em quadros complementares.

Assim, o processo de evidenciação consiste na prática transparente de divulgação dos resultados da empresa, fornecendo, aos usuários, informações precisas e atualizadas, para que possam fazer a melhor opção por investimentos perante fatores diversos, como: lucratividade, rentabilidade, retorno do investimento, obrigações, fluxo de caixa, entre outros. Para garantir o conteúdo da evidenciação, algumas normas e pronunciamentos são criados, a fim de padronizar as informações.

Conforme Dantas et al. (2010, p. 2),

Essas demonstrações devem fornecer, aos mais variados usuários, informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro das entidades, auxiliando-os em seu processo de tomada de decisão. No limite, ao identificar problemas no *disclosure* por parte das companhias, a CVM, no exercício de seu papel fiscalizador, pode determinar o refazimento e a republicação das demonstrações.

Entre as normas que auxiliam no processo de *disclosure*, a IAS 34, que será abordada mais adiante, vem nortear as práticas contábeis que tratam das demonstrações intermediárias. Assim, o trabalho busca analisar, à luz da referida norma, se as empresas têm evitado a duplicidade de informações apresentadas nas notas explicativas das demonstrações intermediárias, perante os relatórios anuais.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS E REGULATÓRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS (IAS 34)

As orientações da IAS 34, assim como as do Pronunciamento Técnico CPC 21 têm como objetivo auxiliar os preparadores das demonstrações contábeis, informando o que uma demonstração contábil intermediária deve conter, bem como apresentar os princípios que norteiam o seu reconhecimento e mensuração. A entidade que optar por divulgar demonstrações intermediárias, ou cumprir a exigência de órgãos reguladores, deverá elaborá-la conforme a norma internacional ou segundo o pronunciamento brasileiro, este também em vigor.

O CPC 21 ressalta que as Demonstrações Financeiras Intermediárias têm de se caracterizar pela tempestividade e pela confiabilidade. De acordo com a Resolução CFC n.785, entende-se por tempestividade: “o fato de que a informação contábil deve chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins.”

Na mesma linha, Carvalho e Lemos (2010, p. 42) asseguram que “uma informação é confiável quando é livre de erros materiais e de vies e quando os usuários confiam que ela representa fielmente aquilo que se propõe apresentar.” Portanto, uma informação contábil provida dessas características tem maior capacidade de auxiliar os usuários na análise da situação financeira de uma entidade.

Nesse prisma, é necessário que uma demonstração contábil intermediária proporcione atualizações em relação às últimas demonstrações contábeis anuais. Portanto, conforme mencionado por Martins e Neris (2009), não é objetivo das DFIs divulgar informações repetidas, mas, evidenciar novas atividades, novos eventos e novas circunstâncias ocorridas no período intermediário, definido por meio do item n.4 do CPC 21, como “[...] um período inferior aquele de um exercício social completo.”

É oportuno salientar ainda que as demonstrações intermediárias podem ser completas ou condensadas. No caso de a entidade optar pela primeira, terá que adotar o IAS 01 – *Presentation of Financial Statements*, uma vez que se assemelhará às anuais. Entretanto, em ambos os casos, as demonstrações deverão conter alguns componentes mínimos, consoante definido pelo IAS 34 (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD, 2010c):

- a) balanço patrimonial condensado;
- b) demonstração condensada dos resultados;
- c) demonstração condensada mostrando ou (i) todas as alterações no capital próprio, ou (ii) alterações no capital próprio que não sejam as provenientes de transações de capital com detentores e distribuições a detentores;
- d) demonstração condensada de fluxos de caixa; e
- e) notas explicativas selecionadas.

Primeiramente, a IAS 34 parte do pressuposto de que o usuário de uma DFI tem acesso ao conteúdo da última demonstração completa anual. Assim, as notas explicativas selecionadas de uma demonstração contábil intermediária têm como objetivo incluir informações que demonstrem o que ocorreu de mais relevante desde a emissão das últimas demonstrações financeiras anuais.

Nessa óptica, o item n.15 do CPC 21 dispõe a questão da seguinte forma:

O usuário de demonstração contábil intermediária de uma entidade deve também ter acesso à última demonstração contábil anual. É desnecessário, portanto, que as notas explicativas de demonstração contábil intermediária proporcionem atualizações relativamente insignificantes às informações que já foram divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis anuais mais recentes. Em uma data intermediária, a explicação de eventos e transações que são significativas ao entendimento das alterações da posição financeira e do desempenho da entidade desde o fim do último período de relato anual são mais úteis.

Assim, a Norma Internacional (IAS) ressalta algumas informações mínimas que devem ser incluídas nas notas explicativas e ainda frisa que a entidade pode evidenciar outras informações, desde que estas não tenham sido contempladas anteriormente na demonstração anual e, também, sejam caracterizadas pela materialidade. De acordo com a Resolução CFC N° 785/95, “[...] uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis.”

Nessa perspectiva, as notas explicativas de um Relatório Financeiro Intermediário fornecem uma explicação dos eventos e das transações significativas para o entendimento das variações ocorridas desde as últimas demonstrações financeiras anuais (DELOITTE, 2010).

Os princípios para reconhecimento e as definições de contas patrimoniais (ativos e passivos) e contas de resultado (receitas e despesas) para os períodos intermediários são os mesmos das demonstrações anuais. Dessa forma, uma empresa deve utilizar as mesmas práticas contábeis em ambas as demonstrações, com atenção aos ajustes referentes a mudanças nas práticas que devem ser refletidas nas próximas demonstrações anuais.

A IAS 34 determina que a periodicidade das demonstrações financeiras de uma entidade, sejam elas anuais, semestrais ou trimestrais, não deve afetar a mensuração dos seus resultados anuais. Para tanto, faz-se necessário que as mensurações intermediárias ocorram de forma acumulada, reconhecendo que um período intermediário seja parte de um exercício financeiro maior, permitindo ajustes de valores anteriormente estimados, desde que pertençam ao exercício social corrente.

O Pronunciamento Técnico CPC 21 possui quatro apêndices: ilustração de períodos requeridos a serem apresentados; exemplos de aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração; exemplos do uso de estimativa; e demonstração contábil intermediária e perda por recuperabilidade (*impairment* - IFRIC 10). Esses orientam a entidade sobre como aplicar os princípios básicos de reconhecimento e mensuração, na elaboração de relatórios intermediários, a vários tipos de ativos, passivos, receitas e despesas. No reconhecimento de despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, por exemplo, em cada período intermediário, deve ser feita a melhor estimativa da alíquota média ponderada anual esperada para o ano completo.

Outro exemplo importante que ilustra a norma, conforme CPC 21 (item 30a), para perdas com baixas dos estoques, reestruturação ou *impairment* de período intermediário, são utilizados os mesmos princípios para reconhecimento e mensuração dos períodos intercalares e anuais. Entretanto, havendo o reconhecimento em período intermediário e a estimativa mudar no período seguinte daquele mesmo exercício social, a estimativa original é alterada no período intermediário subsequente, tanto por contabilização de um acréscimo de uma quantia adicional de perda quanto por reversão de quantia previamente reconhecida.

Reconhecimento, de acordo com o item 82 do Pronunciamento Conceitual do CPC, é “[...] o processo que consiste em incorporar ao balanço patrimonial ou à demonstração de resultado um item que se enquadra na definição de um elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento.”

Um ativo é reconhecido se tiver um custo ou valor mensurável de forma confiável e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Estes testes de benefícios são aplicáveis quando se trata de períodos intermediários e anuais.

De acordo com Santos (2006), a empresa que faz divulgação semestral recorre a informações que estão disponíveis até o meio do ano, ou próximo a ele, para fazer as mensurações intermediárias referentes ao semestre, e, para as demonstrações anuais, seriam as informações disponíveis no final do ano ou próximo dele. Se houver alterações nas estimativas de montantes relatados no relatório intermediário do primeiro semestre, estas se refletirão nas demonstrações anuais. Não se fazem ajustes retrospectivos em valores divulgados nos relatórios do primeiro semestre. Mas, conforme parágrafos 16 (d) e 26 do CPC 21, a natureza e o valor, se houver alteração relevante nas estimativas, devem ser divulgados.

Quando o período de mensuração for inferior a seis meses, as receitas e despesas devem ser mensuradas em bases anuais, contando do início do ano até o período findo. Da mesma maneira que nas demonstrações semestrais, a natureza e o valor de qualquer alteração significativa devem ser divulgados.

Algumas entidades operam de maneira que as receitas não são recebidas e as despesas não são incorridas de forma regular ao longo do ano, ou seja, são negócios sazonais, cíclicos ou ocasionais; por exemplo, agronegócio, turismo, receitas de dividendos, *royalties*, incentivos governamentais. Nesses casos, receitas recebidas dentro do exercício social não devem ser antecipadas em períodos intermediários, se o diferimento não for apropriado no fim do exercício social da empresa.

Uma entidade que for requerida a publicar as demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com o CPC, deverá seguir os procedimentos de reconhecimento e mensuração mencionados anteriormente e, assim, divulgar informações confiáveis e relevantes para a tomada de decisão dos seus usuários. Para tanto, vale salientar que os relatórios financeiros intermediários requerem, mais do que os relatórios financeiros anuais, o uso de estimativas no seu procedimento de mensuração, utilizando bases anuais.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A tipologia da pesquisa, quanto aos objetivos, fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, que, segundo Beuren (2008), “[...] abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros.”

Ainda, segundo Lakatos e Marconi (2001), por meio da pesquisa bibliográfica, busca-se aumentar o contato do pesquisador com o principal assunto da pesquisa e seus tópicos.

A abordagem utilizada é a qualitativa, que se diferencia da quantitativa no tocante à ausência de dados estatísticos como método principal da coleta de dados. Durante a pesquisa, intentou-se tecer análises sobre o que está sendo pesquisado, levantando características que não são, geralmente, tratadas na abordagem quantitativa (BEUREN, 2008).

O objetivo deste trabalho delineou-se por meio da realização de pesquisa exploratória, elaborada sobre a junção de vários tópicos teóricos (convergência das normas e evidencição contábil e os aspectos conceituais e regulatórios das demonstrações intermediárias – IAS 34), visando auxiliar na solução de um problema ou aprimoramento de um método – aplicação da IAS 34 na elaboração das demonstrações intermediárias –, de modo a aumentar a familiaridade com o assunto.

Na mesma linha, Gil (2002) afirma que: “[...] pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.”

Para a coleta de dados, aplicou-se a técnica de documentação indireta, mediante dados de fontes secundárias. Foram utilizadas as DFPs e ITRs disponibilizadas na rede mundial de computadores por intermédio dos sítios eletrônicos da CVM e das próprias empresas. Foram feitas verificações referentes ao atendimento da norma estudada na presente pesquisa pelas empresas da amostra.

De acordo com os critérios citados anteriormente, obteve-se uma amostra de 19 empresas listadas, de acordo com o Quadro 1, sendo coletados e comparados 38 relatórios (19 DFP referentes ao ano de 2009 e 19 ITR referentes ao primeiro trimestre de 2010).

O Quadro 1, a seguir, apresenta as 20 empresas, selecionadas por setor de atividade, que compreendem a amostra que embasou a pesquisa.

Quadro 1 – Empresas por setor da amostra

Nº	SETOR	RAZÃO SOCIAL
01	Atacado	Petrobras Distribuidora S.A.
02	Auto-Indústria	Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A
03	Bens de Capital	Weg Equipamentos Elétricos S/A
04	Bens de Consumo	Companhia de Bebidas das Américas
05	Diversos	Saraiva S.A. Livreiros Editores
06	Eletroeletrônico	Whirlpool S.A
07	Energia	Cemig - Geração e Transmissão S/A
08	Farmacêutico	-
09	Indústria da Construção	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
10	Indústria Digital	Positivo Informática S/A
11	Mineração	Vale S/A
12	Papel e Celulose	Suzano Papel e Celulose S.A.
13	Produção Agropecuária	Marfrig Alimentos S/A
14	Química e Petroquímica	Braskem S.A
15	Serviços	Cielo S/A e Controladas
16	Siderurgia e Metalurgia	Companhia Siderúrgica Nacional
17	Telecomunicações	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
18	Têxteis	Grendene S.A.
19	Transporte	Tam - Linhas Aéreas S.A
20	Varejo	Lojas Americanas S.A.
Total 20 setores e 19 empresas		

Fonte: Exame – Melhores e Maiores (2009).

A seleção das empresas da amostra ocorreu mediante a aplicação dos seguintes critérios de escolha:

- a) foram selecionadas, uma empresa de cada setor de forma semialeatória, listadas no *ranking* Maiores e Melhores Empresas 2009, da Revista Exame.
- b) selecionaram-se companhias abertas, com ações negociadas na Bovespa, obrigadas a adotar as IFRS a partir do exercício findo em 2010, conforme a Instrução CVM 457/07.

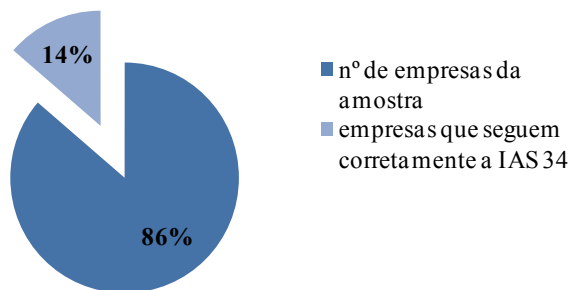
De acordo com os critérios citados anteriormente, obteve-se uma amostra de 19 empresas listadas, de acordo com o Quadro 1, sendo coletados e comparados 38 relatórios (19 DFP referentes ao ano de 2009 e 19 ITRs referentes ao primeiro trimestre de 2010).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados coletados e das demonstrações financeiras (intermediárias e anuais) foi feita para possibilitar a abordagem do fenômeno estudado, na seção anterior, da forma como segue.

O primeiro parâmetro de análise foi verificar as notas explicativas das ITRs em comparação às DFPs, considerando o primeiro trimestre de 2010 para as ITRs e a DFP do ano anterior (2009). Por meio das notas explicativas extraídas do sítio eletrônico da CVM, de empresas constantes no *Ranking* da Exame, conforme detalhado anteriormente, obtiveram-se os resultados como no gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Nível de aderência à norma IAS 34



Fonte: os autores.

Com base no Gráfico 1, observa-se que os dados demonstram que das 19 empresas constantes na amostra, apenas três apresentaram suas notas explicativas em conformidade com o disposto na norma IAS 34, ou seja, 14%.

Por meio do desenvolvimento da coleta de dados e pela comparação entre as demonstrações, foi verificado que grande número das empresas apresentava novas informações, entretanto repetiam dados e descrições de vários itens, incorrendo em aumento das informações intermediárias, aproximando, em muitos casos, das notas explicativas da demonstração anual em relação à extensão.

Em consonância com o referencial teórico levantado e salientado na seção 2.2, o objetivo das demonstrações intermediárias não é repetir informações constantes nas DFPs, e, sim, apresentar atualizações, assim como deve ser balizada a inserção apenas de informações úteis e que difiram das últimas demonstrações anuais. Isso se deve ao fato de que a IAS 34 parte do pressuposto de que o usuário das informações tenha acesso ao conteúdo da última demonstração anual, não necessitando das descrições de todos os itens e capítulos da nota explicativa anterior. Durante a pesquisa, verificou-se que muitas empresas já chamam a atenção dos usuários, no início das notas explicativas trimestrais, para que tenham em mãos as demonstrações anuais.

Os fatores concernentes à mensuração ou *disclosure* das informações atenderam aos procedimentos e práticas à luz do padrão contábil internacional, o que denota avanço nos métodos de divulgação das informações.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo analisou as práticas adotadas na elaboração das notas explicativas das demonstrações trimestrais, identificando se estão sendo claras, úteis e com fins de atualização, ausentes de repetições de informações das demonstrações anuais, conforme disposto na norma IAS 34. O propósito que direcionou este trabalho se referiu ao nível de aderência das notas explicativas dos relatórios intermediários, de empresas brasileiras listadas na Bovespa, em relação à IAS 34.

O assunto da referida norma ainda é novo em produções acadêmicas. Esta questão foi motivada diante da preocupação das empresas perante o processo de convergência das normas contábeis em divulgar informações cada vez mais tempestivas e claras aos usuários; assim, houve o interesse em verificar se as demonstrações estão atendendo à norma e se os usuários presenciam informações repetidas de forma desnecessária.

Com a decisão da CVM em determinar a adoção das normas contábeis de acordo com o padrão internacional a partir do exercício findo de 2010, as empresas brasileiras deverão adequar-se ao contexto das novas práticas contábeis, em busca de atender aos usuários das informações.

Com os resultados, verificou-se que as empresas necessitam atentar para divulgar as ITRs com informações novas e tempestivas, visto que, conforme a análise dos resultados, há grande similaridade das informações em relação às demonstrações anuais (DFPs).

Cumprido ressaltar que os relatórios analisados não são obrigados, ainda, a atender às normas internacionais, e, assim, as análises das demonstrações intermediárias e dos resultados tencionam contribuir para a adoção das referidas normas em seus relatórios findos em dezembro de 2009, consoante instrução dos órgãos reguladores. Este trabalho contribui com os estudos sobre as normas contábeis internacionais (IFRS) em relação às práticas brasileiras e com o despertar de reflexões acerca das questões presentes na pesquisa.

O tamanho da amostra foi relativamente restrito, refletindo diretamente a situação das empresas analisadas, não apresentando elementos suficientes para interferir nas práticas de elaboração e divulgação das demonstrações das empresas, ficando a sugestão de ampliar a amostra em futuras pesquisas.

IAS 34: the update the information disclosed by companies traded tn Brazil

Abstract

IAS 34 (Interim Financial Reporting) provides the necessary conditions for the development and dissemination of interim financial statements (periods less than one year) with the purpose to generate reliable information to users and lie about the financial condition of the entity. Thus, the article aims to analyze the rule issued by the IASB (International Accounting Standard Board), and its translation and adaptation made by the CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) - in Brazil, analyzing, if publicly traded companies listed on Bovespa, are presenting notes of financial intermediaries, concise and updated information without ever disclosed in the notes to the annual statements as guidance in IAS 34. This study to include the procedures, it is characterized as exploratory and qualitative research, being delineated based on key standards that address the preparation of financial intermediaries. In the data collection technique was used for documentation indirectly, through secondary data. The sample of companies selected from the ranking of the "Melhores e Maiores 2009" Exame Magazine, and analyzed their reports at the site of the CVM (Comissão de Valores Mobiliários) and the companies themselves. The research showed the importance of the development and dissemination of financial intermediary, subject to updated information as set forth in the standard.

Keywords: IAS 34. International Accounting. Disclosure.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BM&F BOVESPA. **Empresas Listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 27 out. 2010.

CARVALHO, Nelson L.; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio M. da. **Contabilidade Internacional**: aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Nelson L.; LEMES, Sirlei. **Contabilidade Internacional para graduação**: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

CPC. **CPC 21 – Demonstração Intermediária**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=35>>. Acesso em: 4 out. 2010.

_____. **Pronunciamento Conceitual Básico**: Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2010.

_____. **Resolução CFC n. 1.055/05**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/RES_1055.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2010.

CVM. **Consulta de Documentos de Companhias Abertas**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2010a.

_____. **Instrução CVM N° 457**. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc>. Acesso em: 11 nov. 2010b.

DANTAS, J. A. et al. Determinações de refazimento/republicação de demonstrações financeiras pela CVM: O papel dos auditores independentes. **Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. Julho, 2010.

DELOITTE. **IFRS ao seu alcance**. 2010. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/Pocket_2010.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2010.

ERNST & YOUNG. **Estudo sobre as diferenças e similaridades entre as normas internacionais de contabilidade – IAS 34 – Relatórios Financeiros Intermediários**. 2008. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Topico_25_-_Relatorio_Padronizado/\\$FILE/Topico_25_-_Relatorio_Padronizado.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Topico_25_-_Relatorio_Padronizado/$FILE/Topico_25_-_Relatorio_Padronizado.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2010.

_____. **Estudo sobre as diferenças e similaridades entre as normas internacionais de contabilidade – IFRS e as normas e práticas contábeis brasileiras**. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Topico_1_-_Estrutura_Conceitual/\\$FILE/Topico_1_Estudo.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Topico_1_-_Estrutura_Conceitual/$FILE/Topico_1_Estudo.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2010.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

EXAME. **Melhores e Maiores: as 1000 maiores empresas do Brasil**. São Paulo: Ed. Abril, jul. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD. **About the IASC Foundation and the IASB**. 2010. Disponível em: <<http://www.iasb.org/The+organisation/IASCF+and+IASB.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2010a.

_____. **Spotlight on Brazil's plans to adopt IFRSs**. 2010b. Disponível em: <<http://www.iasb.org/News/Features/Spotlight+on+Brazil%E2%80%99s+plans+to+adopt+IFRSs.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2010b.

_____. **Technical Summary – IAS 34 Interim Financial Reporting**. Disponível em: <http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/039DD3F5-2355-4E4E-8071-48BCEED606C8/0/IAS34.pdf>. Acesso em: 27 out. 2010c.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de termos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

JOSHI, P. L.; BREMSER, W. G.; AL-AJMI, J. **Perceptions of accounting professionals in the adoption and implementation of a single set of global accounting Standards: Evidence from Bahrain**. Elsevier 2008. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/adiac>. Acesso em: 1 maio 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, V. A.; NERIS, L. F. S. IAS 34 – Demonstrações financeiras intermediárias. In: ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras.** São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, João José dos. **IFRS:** manual de contabilidade internacional. São Paulo: Lex, 2006.

Recebido em 12 julho de 2011
Aceito em 12 de setembro de 2011

